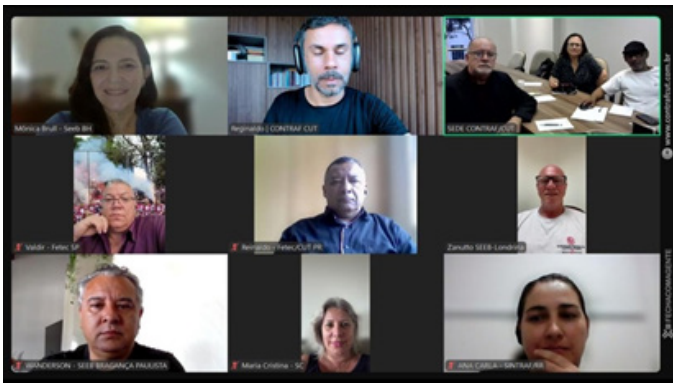




Coletivo de Segurança Bancária prepara consulta à categoria

Dirigentes também debateram propostas para a regulamentação do Estatuto de Segurança Privada



Colegiado O Coletivo de Segurança Bancária da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) se reuniu nesta quarta-feira (6) para debater propostas para a regulamentação do Estatuto de Segurança Privada. As propostas serão apresentadas na próxima reunião da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP), que será realizada de 10 a 12 de dezembro, em Brasília. Além da Contraf-CUT, a Confederação Nacional dos Vigilantes - CNTV também participará da reunião da CCASP.

“É importante chegarmos organizados para esta reunião, pois representantes do setor patronal e da Polícia Federal também vão participar desta reunião para darmos a redação final ao Estatuto de Segurança Privada, que já foi aprovado pelo Congresso Nacional”, disse o coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária da Contraf-CUT, Jair Alves. “Nossa intenção é garantir a segurança, a saúde e a vida dos trabalhadores e clientes dos bancos. Além do emprego dos vigilantes”, completou Jair, ao lembrar que os bancos estão retirando as portas de segurança e os vigilantes das agências.

Consulta à categoria

O Coletivo de Segurança Bancária vai apresentar à direção executiva da Contraf-CUT uma proposta de Consulta Nacional à categoria sobre o tema. “Nossa intenção é apurar como a categoria vê a questão da retirada das portas de segurança e dos vigilantes das agências e qual a sensação de segurança e condições de trabalho após essas medidas”, explicou o coordenador do Coletivo de Segurança Bancária.

Segurança em debate

O Coletivo vai propor à Contraf-CUT que, com os dados da consulta em mãos, seja realizado um seminário para debater a situação da segurança bancária no país e elaborada uma revista para levar o tema às entidades e dirigentes sindicais, à categoria e à sociedade como um todo.

“É um tema que envolve a saúde, o emprego e até a vida das pessoas. Os bancos e demais empresas que necessitam de segurança privada não podem monopolizar as decisões. O debate precisa ser mais amplo”, defende Jair. “Estamos apenas aguardando a aprovação da diretoria executiva da Contraf-CUT para definição das datas e do cronograma da Consulta, do seminário e da publicação da revista”, completou.

Fonte: CONTRAF

DENÚNCIA GRAVE: DESCASO COM A SEGURANÇA NO HOSPITAL ORTOPÉDICO DO ESTADO DA BAHIA!



O Sindvigilantes Bahia vem a público denunciar um sério problema envolvendo a segurança do Hospital Ortopédico do Estado da Bahia, administrado pela Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein. A instituição está contratando empresas de segurança sem qualquer critério técnico e que, além de descumprirem a lei, ainda operam sem uma estrutura administrativa mínima na cidade de Salvador.

Essa prática coloca em risco não apenas a segurança dos pacientes, mas também de trabalhadores e visitantes, que estão vulneráveis à ausência de proteção adequada. Infelizmente, essas empresas parecem mais preocupadas em fugir da responsabilidade do que em realmente cumprir seu papel de garantir um ambiente seguro e protegido.

O Sindvigilantes Bahia, através de uma investigação rigorosa, constatou que as empresas contratadas agem de forma irresponsável, sem o devido comprometimento e respeito às normas de segurança. A população e os profissionais de saúde não podem ser expostos a esse tipo de descaso!

Exigimos a imediata revisão dessa contratação e a implementação de medidas que garantam a segurança de todos os envolvidos. O descumprimento da lei e a falta de estrutura não podem ser tolerados!

Vidas estão em risco! Vamos lutar por segurança com responsabilidade!

FONTE: SINDVIGILANTES BA

O sindimetroropolitano de Camaçari realizou Assembleia dos ex-vigilantes da vigseg



No auditório do Sinditccc, ocorreu uma assembleia voltada para os ex-vigilantes da empresa Vig Seg, que atuaram em contratos com a Prefeitura de Camaçari, prestando serviços em escolas e postos de saúde.

A reunião teve como foco principal as rescisões trabalhistas, buscando esclarecer os direitos dos trabalhadores e discutir os próximos passos para assegurar que todas as obrigações da empresa sejam cumpridas. Representantes do sindicato conduziram a

assembleia, proporcionando um espaço para que os ex-vigilantes pudessem tirar dúvidas e entender melhor a situação das rescisões e dos direitos pendentes.

Esse encontro reforça o compromisso do sindicato dos vigilantes (SINDMETROPOLITANO) em apoiar os ex-colaboradores da VigSeg, trabalhando para garantir que seus direitos trabalhistas sejam respeitados e que possíveis irregularidades sejam devidamente tratadas.

FONTE: SINDMETROPOLITANO BA

Marinho discute com empresas mudanças no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) previstas na portaria 1.707/24

Pela portaria do MTE, empresas estão proibidas de exigir ou receber descontos sobre o valor acordado ou qualquer outro benefício indireto, podendo sofrer multas entre R\$ 5 mil e R\$ 50 mil



Foto: Allexandre Silva

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, abriu nesta quarta-feira (6) reunião híbrida em Brasília para discutir o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), considerando as mudanças previstas nas normas do programa pela Portaria 1.707/2024 de outubro desse ano, que proíbe o uso de práticas irregulares, como o rebate, ou oferecimento de descontos não relacionados à saúde e segurança alimentar do trabalhador. O encontro teve participação do MTE e dos principais representantes e

entidades do setor de alimentação do país.

Marinho destacou a importância do Programa como política pública voltada para garantir a segurança alimentar dos trabalhadores. Segundo ele, as ações recentes de atualização nas regras tiveram por objetivo restabelecer o PAT ao seu propósito original, combatendo práticas que desviem seu objetivo, que é o de garantir a alimentação do trabalhador. Atualmente o PAT conta com 469.161 empresas beneficiárias, sendo 18.701 fornecedoras de

alimentação coletiva e 35.447 nutricionistas cadastrados, alcançando um total de 21.961.737 trabalhadores beneficiados, dos quais aproximadamente 86% recebem até 5 salários-mínimos.

“O Programa de Alimentação do Trabalhador é uma política pública essencial para assegurar a segurança alimentar dos trabalhadores. Estamos comprometidos em garantir que os recursos do PAT sejam aplicados de forma correta, combatendo práticas que desviem o programa de sua finalidade,” afirmou Marinho, destacando as recentes mudanças da Portaria 1.707/2024.

Com as novas regras, as empresas participantes do PAT que possuem contratos com fornecedores de alimentação estão proibidas de exigir ou receber descontos sobre o valor acordado ou qualquer outro benefício indireto. Caso essa regra seja desrespeitada, as empresas podem ser multadas entre R\$ 5 mil e R\$ 50 mil pelos auditores-fiscais do MTE. Em caso de reincidência, o valor da multa dobra, podendo levar ao cancelamento da inscrição no PAT e à perda de benefícios fiscais.

“Nossa missão é reestabelecer o PAT em seu propósito original, evitando que se transforme em um instrumento de benefícios indevidos para empresas ou intermediários. Por isso, intensificaremos a fiscalização e coibiremos o uso de descontos e deságios que desviam o benefício de alimentação,” declarou o ministro.

Além das questões de governança, o MTE está em contato com o Ministério da Fazenda e o Banco Central para aprimorar os mecanismos

de pagamento e interoperabilidade no uso dos benefícios do PAT. Marinho destacou que um dos objetivos é garantir a mobilidade do benefício e facilitar o acesso dos trabalhadores à rede credenciada.

Presente à reunião, o secretário-executivo Francisco Macena anunciou ainda que o MTE retomará as atividades da comissão tripartite para dar continuidade ao aprimoramento do PAT. Ele reforçou que o avanço das pautas depende de posicionamentos da Casa Civil e do Ministério da Fazenda. “Estamos trabalhando em uma pauta bem estruturada, com uma abordagem técnica clara”, explicou Macena.

Macena destacou também que é essencial que cada entidade participante indique um representante, garantindo um processo mais ágil e bem representado. “Nossa meta é proporcionar que as entidades dialoguem internamente e escolham seus representantes para o debate. Essa delegação é crucial para um processo de decisão mais ágil e bem representado,” afirmou.

FONTE: MTE



Seminário debate promoção da negociação coletiva trabalhista em São Paulo

Especialistas nacionais e internacionais debaterão, em evento híbrido, boas práticas para o fortalecimento da negociação coletiva, temas da transição justa, inteligência artificial e políticas de igualdade



Nos dias 11 e 12 de novembro de 2024, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Departamento de Trabalho dos Estados Unidos (USDOL), em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Fundacentro, promovem o Seminário de Promoção da Negociação Coletiva Trabalhista em São Paulo. O evento faz parte das atividades da Semana Nacional de Promoção da Negociação Coletiva e ocorrerá em formato híbrido, com transmissão ao vivo pelo canal do MTE no YouTube, com tradução simultânea para português, inglês e espanhol.

O seminário reunirá especialistas nacionais e internacionais, representantes de empregadores, trabalhadores e autoridades para debater temas essenciais da negociação coletiva, incluindo inteligência artificial, economia do cuidado, transição justa, igualdade de gênero e saúde e segurança no trabalho.

De acordo com o Secretário Nacional de Relações do Trabalho do MTE, Marcos Perioto, o seminário será uma oportunidade de fortalecer o diálogo social e impulsionar práticas de negociação coletiva que promovam a justiça e o equilíbrio no ambiente de trabalho.

Serviço:

Seminário de Promoção da Negociação Coletiva Trabalhista

Quando: 11 de novembro

Horário: 9h30 às 17h30 e 12 de novembro, das 9h às 17h.

Local: Fundacentro, Rua Capote Valente, 710, Jd. Paulista, São Paulo/SP.

Como acompanhar? Pelo Canal do MTE no YouTube, em português, inglês e espanhol.

Programação - Destaques

11 de novembro

09:30 - Abertura com Francisco Macena (MTE), Mark Mittelhauser (USDOL), José de Lima Ramos Pereira (PGT/MPT), Vinícius Pinheiro (OIT), representantes de trabalhadores, empregadores e da Fundacentro.

10:30 - Painel sobre Economia do Cuidado e negociação coletiva.

13:30 - Painel sobre Inteligência Artificial e negociação coletiva.

15:30 - Painel sobre Políticas de Igualdade na negociação coletiva 12 de novembro

09:00 - Painel sobre Transição Justa na negociação coletiva.

11:00 - Painel sobre Negociação Coletiva no Setor Público

12:30 Palestra sobre a Declaração de Empresas Multinacionais da OIT e a negociação coletiva.

14:00 - Painel sobre Diálogo social em segurança e saúde no trabalho para a negociação coletiva.

16:00 - Encerramento.

Banco Central eleva taxa de juros e aumenta aperto financeiro à população e empresas

Danos irreparáveis à economia: Selic em 11,25% mantém Brasil entre os maiores pagadores de taxa básica real do mundo, enquanto país bate recorde de empresas com pedido de recuperação judicial



REPRODUÇÃO

Com a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, nesta quarta-feira (6) de aumentar a já elevadíssima taxa básica de juros do país (Selic) de 10,75% para 11,25% ao ano a entidade volta a reafirmar que são os rentistas da dívida pública que determinam o índice e não a população.

O aumento de 0,5 ponto percentual (p.p.) mantém Brasil entre os maiores pagadores da taxa básica real de juros do mundo (resultado da Selic menos a inflação): na ordem 6,5% com base na inflação acumulada nos últimos 12 meses.

“As consequências dessa política monetária, que vem sendo praticada pelo Banco Central nos últimos anos, são danos irreparáveis ao desenvolvimento do Brasil, porque trava toda a economia. Tem impactos nas taxas de juros de todo o sistema financeiro, ou seja, aumenta o

custo do dinheiro para as famílias e empresas, aumentando também o endividamento de quem precisa de empréstimos mas não consegue mais pagar, porque a taxa torna muito caro o custo do dinheiro no Brasil”, critica a presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira, entidade que faz parte de uma campanha nacional, promovida por movimentos sociais, contra a Selic elevada.

O secretário de Assuntos Socioeconômicos da Contraf-CUT, Walcir Previlate, completa que o crédito é uma “ferramenta fundamental” para o desenvolvimento e crescimento econômico. “Com essa medida, além de impor mais aperto financeiro para as famílias e empresas, o Banco Central aumenta significativamente as despesas com juros para a esfera pública. Só em 2023, a União pagou mais de R\$ 732 bilhões com juros dos títulos que, em sua maioria, estão nas mãos dos grandes especuladores do mercado financeiro, que dita as decisões do Copom. Esse montante, que acaba no bolso de poucos, é investimento retirado de setores fundamentais para toda a população, como Educação e Saúde”, completa. Veja tabela no final da matéria.

Segundo cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a elevação de 0,5 p.p na Selic aumentará em R\$ 26 bilhões os gastos da União com os juros dos títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional.

Recorde de empresas em recuperação judicial

Um balanço feito pela Serasa Experian e divulgado nesta semana revelou que o Brasil bateu recorde nos pedidos de empresas para recuperação judicial neste ano: 1,7 mil até setembro, maior número em 19 anos e 73% a mais em relação ao mesmo período de 2023.

Quando perguntados sobre o principal motivo para fecharem as portas, os empresários apontaram os juros altos, seguido por inadimplência dos consumidores. “Os dois motivos estão ligados à política de aperto monetário praticada pelo Banco Central e que está causando perdas irreparáveis para o desenvolvimento do país: o fechamento de empresas não só provoca demissões, mas também desindustrialização”, observa Juvandia Moreira. “Precisamos tratar isso como um crime socioeconômico”, completa.

Sobre o principal argumento utilizado pelo Copom, de usar a Selic como única ferramenta para inibir o consumo e, com isso, controlar a inflação para que atinja o centro da meta, o economista do Dieese Gustavo Cavarzan avalia que a entidade não deveria considerar apenas as avaliações do mercado.

“Existe um vício do Copom em justificar as decisões com base nas orientações do mercado, que exagera em suas expectativas pessimistas em relação à inflação no país, na medida em que se beneficia da alta dos juros. Com isso, entramos num ciclo vicioso onde as movimentações dos juros perdem relação com as causas reais da inflação e passam a ser determinada unicamente pela vontade do mercado”, pontua, acrescentado que existem outras ferramentas para o controle da inflação, além da Selic, a exemplo da recomposição dos estoques reguladores de alimentos para amenizar variações sazonais de preços.

FONTE: CUT - Lilian Milena/Contraf CUT

GASTOS DO GOVERNO FEDERAL COM JUROS DA DÍVIDA COM TÍTULOS



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF